

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo basicamente questões tributárias. A Administração, com base em análise destas ações judiciais e em informações de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com as ações em curso. Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

31/12/2013			
Descrição	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis	344	(815)	(471)
Trabalhistas	909	(1.351)	(442)
Tributárias	-	(6.372)	(6.372)
Total	1.253	(8.538)	(7.285)

31/12/2012			
Descrição	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis	340	(1.039)	(699)
Trabalhistas	41	(1.129)	(1.088)
Tributárias	329	(2.234)	(1.905)
Total	710	(4.402)	(3.692)

A movimentação no exercício é como segue:

	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo final
Cíveis	340	4	-	-	344
Trabalhistas	41	868	-	-	909
Tributárias	329	-	(329)	-	-
Total - em 2013	710	872	(329)	-	1.253
Total - em 2012	750	-	(36)	(4)	710

Adicionalmente, a Sociedade possui depósitos judiciais no montante de R\$8.538 (R\$4.402 em 2012), relacionados a processos diversos cuja probabilidade de perda é classificada como remota, conforme informado pelos assessores legais da Sociedade. Deste total, não há provisão relacionada.

Os processos que foram classificados com probabilidade de perdas possíveis com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos totalizam R\$105.589 (R\$92.855 em 31 de dezembro de 2012) e referem-se principalmente a:

(i) Ação Cível Pública movida por dano ambiental causado por suposto vazamento ocorrido em julho de 2012 cujo valor histórico do risco é de R\$33.000 (R\$33.330 com atualização monetária);

(ii) Ação Cível Pública movida por dano ambiental causado por suposto transbordamento da bacia de contenção de água pluvial cujo valor histórico do risco é de R\$10.000 (R\$15.625 com atualização monetária);

(iii) Compensação de crédito presumido IPI. Houve o indeferimento dos pedidos de compensação, sob o argumento de que o produto fabricado pela IRCC está classificado na TIPI como "NT", não tendo, por isso, direito ao crédito presumido de IPI.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Os saldos de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos são apresentados como segue:

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo:				
Prejuízo fiscal (i)	-	-	39.534	-
Diferenças temporárias:				
Provisões que serão dedutíveis quando de sua realização, líquidas do efeito de variação cambial	24.807	24.807	2.672	2.672
Bases de cálculo	24.807	24.807	42.206	2.672
Alíquotas	6,25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL diferidos ativo registrado	1.551	2.233	10.552	241

(i) A Sociedade não mais dispõe de saldos de Prejuízo Fiscal ou Base de Cálculo Negativa de CSLL em 31/12/2013.

(b) As despesas contabilizadas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) na demonstração do resultado são conciliadas com as despesas nominais como segue:

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	111.677	111.677	40.914	40.914
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesas nominais de IRPJ e CSLL	(27.919)	(10.051)	(10.229)	(3.682)
Ajustes permanentes:				
Brindes	(15)	(5)	-	-
Multas e Doações	(51)	(18)	-	-
Incentivo fiscal - isenção/redução de IRPJ (i)	19.487	-	8.114	-
Perdas não dedutíveis	-	-	(81)	(29)
Ajuste de Transferpricing	(3.344)	(1.204)	-	-
Outros	(1.711)	1.049	(1.536)	(639)
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL apuradas	(13.554)	(10.229)	(3.732)	(4.350)
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL registradas no resultado:				
Corrente	(4.553)	(12.221)	(454)	(4.527)
Diferido	(9.001)	1.992	(3.278)	177
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL	(13.554)	(10.229)	(3.732)	(4.350)

(i) A Sociedade está localizada na área de atuação da SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. De acordo com o Laudo Constitutivo nº 022/2013, a Sociedade tem o benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração decorrente da produção de até 1.650 mil toneladas anuais, pelo prazo de 10 anos a partir de 2013.

Medida Provisória nº 627/13

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária

regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, mas a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014, como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Considerando que a MP poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a Sociedade aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva. Entretanto, de acordo com estudos preliminares, não se esperam impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$481.721 e é representado por ações nominativas, sem valor nominal, como segue:

2013	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Mircal Brésil S.A.	33.526.074	100	65.247.884	100	98.773.958	100
Imerys Participações Ltda.	-	-	5.000	-	5.000	-
Conselho de Administração	-	-	5	-	5	-
Total	33.526.074	100	65.252.889	100	98.778.963	100

2012	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Mircal Brésil S.A.	33.526.074	100	65.247.884	100	98.773.958	100
Imerys Participações Ltda.	-	-	5.000	-	5.000	-
Conselho de Administração	-	-	5	-	5	-
Total	33.526.074	100	65.252.889	100	98.778.963	100

O limite do capital autorizado da Sociedade, conforme o estatuto é de 120.000.000 ações ordinárias.

Capital estrangeiro

De acordo com a legislação, o capital estrangeiro deve ser registrado junto ao Banco Central do Brasil, para permitir a remessa de dividendos e participação ou repatriação de capital de acionistas residentes no exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, 100% do capital pertence à Mircal Brésil (subsidiária da Imerys S/A), totalmente registrado no Banco Central do Brasil, nos montantes de US\$216.437 mil e €432 mil (US\$216.437 mil e €432 mil em 2012), correspondente a totalidade do capital social da Sociedade.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos benefícios da isenção e redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração, vigorando por 10 anos a partir de 2003 e 2004 respectivamente, decorrentes das atividades exercidas em planta industrial (Barcarena - Pará), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (Nota 13c). O valor de incentivos fiscais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi R\$19.487 (R\$8.114 em 2012).

Dividendos

Conforme disposição estatutária e, demonstrado abaixo, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A distribuição aos acionistas do lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2013	2012
Dividendos propostos		
Lucro líquido do exercício	87.894	32.832
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(19.487)	(8.114)
Reserva legal	(4.395)	(1.642)
Lucro líquido ajustado disponível para distribuição	64.012	23.076
Valor dos dividendos propostos - 25%	16.003	5.769
Saldo remanescente - reserva para retenção de lucros	48.009	17.307

A Administração da Sociedade está propondo a distribuição de dividendos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado disponível para distribuição referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, "ad referendum" da Assembleia Geral. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi transferido para reserva de retenção de lucros conforme definido pelo estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2012 no montante de R\$5.769 foram aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de agosto de 2013 e pagos durante o exercício de 2013 (R\$2.695 de 2011 que foram pagos em 2012).

Do montante da reserva de retenção de lucros de R\$ 243.738 ao final de 2013 a companhia resolveu destinar R\$ 32.230, como pagamento de dividendos obedecendo ao art. 22, item (c) do estatuto da companhia.

Ajuste de Conversão Acumulados:

A Sociedade reconheceu o efeito acumulado da conversão da moeda funcional, que a partir de 06 de outubro 2009 passou a ser o Real. Os valores convertidos resultantes para os itens não monetários passaram a ser tratados como se fossem custos históricos. O efeito da conversão para a nova moeda funcional foi registrado diretamente no patrimônio líquido, de acordo com o CPC 02.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2013	2012
Receita da venda de produtos		
Mercado externo	419.728	391.897
Mercado interno	-	107
Total receita da venda de produtos	419.728	392.004
Receita de serviços prestados		
Mercado interno	3.886	3.698
Total receita de serviços prestados	3.886	3.698
(-) Menos		
Impostos contribuições e devoluções	(6.583)	(5.980)
Total receita operacional líquida	417.031	389.722

18. DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS NO RESULTADO POR NATUREZA

	2013	2012
Depreciação, amortização e exaustão	(66.727)	(61.382)
Salários, encargos e benefícios	(36.231)	(34.865)
Serviços administrativos	(3.299)	(2.762)
Insumos e materiais auxiliares de produção	(86.269)	(93.766)
Combustíveis e lubrificantes	(30.720)	(32.853)
Energia elétrica	(27.138)	(31.920)
Serviços contratados (principalmente lavra de minério)	(30.017)	(36.695)
Materiais de manutenção industrial	(12.961)	(11.117)
Despesas tributárias	(7.130)	(16.599)
Outras despesas e custos	(16.070)	(22.484)
Total	(316.562)	(344.443)

Classificado como:

Custo das vendas	(304.807)	(333.453)
Despesas gerais e administrativas	(11.755)	(10.990)
Total	(316.562)	(344.443)

19. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Outras receitas operacionais:		
Receita com venda de ativo imobilizado	86	4.732
Outras	88	12
Outras despesas operacionais:		
Despesa com ICMS - acordo com o Estado do Pará (a)	(585)	(436)
Despesa na venda de ativo imobilizado	(49)	(40)
Provisão para perda (b)	-	(3.563)
Provisão para contingência e indenizações (c)	(1.202)	-
Despesa com reestruturação	(232)	(502)
Outras	(579)	(109)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.473)	94

(a) Despesas com ICMS - são créditos de ICMS transferidos para o resultado decorrentes do acordo com Estado do Pará, que determina que o imposto apurado proveniente de compras de insumos e outros, dentro e fora do estado do Pará devem ser alocados na rubrica de despesas.

(b) Provisão para perda refere-se a provisão para perda relacionado a aquisição de equipamento utilizado no processo de produção, gerando despesas por problemas técnicos.

(c) Provisão para contingência - refere-se principalmente a provisão para contingência de risco trabalhista.

20. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.269	604
Juros sobre mútuo	43	256
Juros obtidos	1.184	685
Total	9.496	1.545
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos com parte relacionada	(436)	(674)
Juros sobre tributos	(183)	(250)
Outros	(403)	(320)
Total	(1.022)	(1.244)
Variação cambial		
Variação cambial ativa	28.159	24.454
Variação cambial passiva	(22.952)	(29.214)
Total	5.207	(4.760)
Resultado financeiro líquido	13.681	(4.459)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua gerência financeira em conjunto com o Grupo Imerys que tem como objetivo centralizar as atividades financeiras e obter vantagens competitivas no relacionamento com instituições financeiras. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros, por categoria, podem ser demonstrados:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	143.742	68.395
Contas a receber	70.797	64.452
Empréstimos para empresas relacionadas	21.810	-
Passivos financeiros:		
Fornecedores	13.321	16.888
Empréstimos com empresas relacionadas	46.942	84.397

A Administração entende que os instrumentos financeiros tais como acima, são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois:

(a) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado.

(b) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Sociedade são expostos a seguir:

(a) Riscos cambiais: O resultado das operações da Sociedade é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio, devido ao fato de parte de suas obrigações com terceiros, empréstimos e financiamentos e recebíveis ser denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano). Estes riscos são avaliados e se necessários mitigados pela área de financeira do Grupo, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais da Sociedade.